

AVALIAÇÃO DOS TEORES DE ÍONS FLUORETO EM AMOSTRAS DE ÁGUA DESTINADA AO CONSUMO HUMANO DO MUNICÍPIO DE MARÍLIA, SP, NO PERÍODO DE 2003 A 2007.

Petrarca MH¹, Silva RA², Marques LRM², Santos RC², Yamamoto IT².

UNESP – Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara, SP¹; Instituto Adolfo Lutz, Marília, SP² – e-mail: mateuspetrarca@ig.com.br

A fluoretação das águas destinadas ao consumo humano é uma das mais importantes medidas de saúde pública, em razão de sua segurança, efetividade, baixo custo, facilidade de administração e abrangência populacional, e o sucesso depende da manutenção dos teores de íons fluoreto dentro dos padrões adequados para o controle da cárie e prevenção da fluorose dentária. Considerando que a interrupção definitiva da fluoretação faz cessar os benefícios, a adição insuficiente de flúor torna a medida inócua e a quantidade excessiva pode causar fluorose dentária. O objetivo deste trabalho foi avaliar os teores de íons fluoreto em amostras de água do sistema público de abastecimento de Marília, SP, no período 2003 – 2007. As amostras foram coletadas nos cavaletes das edificações e enviadas ao IAL - Laboratório Regional de Marília por técnicos da Vigilância Sanitária Municipal. Na determinação dos íons fluoreto empregou-se o método potenciométrico com eletrodo íon-seletivo utilizando a solução tampão TISSAB (T3), e os teores de íons fluoreto detectados foram avaliados segundo a Resolução SS 250 de 16/08/95 da Secretaria de Estado da Saúde. Das 139 amostras analisadas, 87 (62,6%) estavam de acordo e 52 (37,4%) em desacordo com a legislação em vigor. Do total de amostras em desacordo, 40 (76,9%) estavam abaixo e 12 (23,1%) acima dos limites estabelecidos. Os teores variaram de 0,04 mg/L a 1,2 mg/L, com uma média de $0,6 \pm 0,2$ mg/L. Os resultados apontam uma tendência no número de amostras de acordo com a legislação em vigor, uma constância no número de amostras com teores abaixo de 0,6 mg/L e uma diminuição do número de amostras com teores superiores a 0,8 mg/L; a necessidade de correções e/ou adequações da fluoretação; e uma interação entre os responsáveis pelo controle operacional e pela vigilância sanitária para eliminar deficiências operacionais e aprimorar o processo de avaliação externa.